



ASSOCIAÇÃO
EMPRESARIAL
DE PENAFIEL

relatório de **ATIVIDADES**

2024



- Relatório
- Balanço
- Conta da Gerência
- Parecer do Conselho Fiscal

aepenafiel.pt

CONVOCATÓRIA

No uso da competência que me é conferida pelo número 2 do artigo 19º e para os efeitos do número 4 do artigo 20º dos Estatutos, convoco os Senhores Associados da Associação Empresarial de Penafiel (AEP) para reunir em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia **28 de Março de 2025**, pelas **18:30 horas**, nas instalações da **Rua D. António Ferreira Gomes (Sameiro)**, na cidade de Penafiel, em primeira convocatória, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um – Leitura da ata da sessão anterior.

Ponto Dois – Apreciação, discussão e votação do Relatório da Direção, Balanço e Contas e Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2024.

Ponto Três – Outros assuntos de interesse para a vida da Associação.

NOTAS

- a) Se à hora marcada não estiver presente ou representado o número legal de Associados, a Assembleia-Geral funcionará, em Segunda Convocatória, meia hora depois, conforme previsto no número 2 do artigo 23º dos Estatutos, com qualquer número de presenças.
- b) A documentação relativa ao ponto nº 2 da Ordem de Trabalhos encontra-se à disposição dos Senhores Associados nas Instalações da Associação, sitas à Rua D. António Ferreira Gomes (Sameiro), onde pode ser consultada, bem como consultados todos os elementos, nos oito dias que antecedem a realização da Assembleia.

Penafiel, 10 de março de 2025

O Presidente da Assembleia-Geral



(Pedro Nuno de Sousa Bessa)



1. Relatório da Direção

No sentido de dar cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação Empresarial de Penafiel, adiante designada AEP, e de forma a levar ao conhecimento dos Senhores Associados o que foi a atividade da Associação ao longo do ano de 2024, apresenta-se para análise, apreciação e votação o presente Relatório de Atividades que pretende dar relevo aos principais factos ocorridos durante esse período, que coincide com o segundo ano do mandato dos atuais Corpos Sociais, eleitos em março de 2023.

Anexa-se, ainda, ao presente Relatório de Atividades, o Balanço e Contas do exercício de 2024 para apreciação, discussão e votação e, ainda, para conhecimento, o Parecer do Conselho Fiscal relativo às orientações tidas pela Direção e às Contas apresentadas referentes a esse período, conforme previsto na alínea b) do artigo 30º dos Estatutos, bem como o Relatório de Auditoria.

Sendo a Assembleia Geral constituída por todos os Associados, nos termos estatutários, é de confiar que nela seja realizada uma rigorosa análise à gestão e atividade desenvolvidas pela Direção, às suas diretivas e orientações, aos seus resultados e às suas expetativas, e ao planeamento de atividades futuras.

Espera-se que na Assembleia Geral de apreciação e discussão do exercício agora findo, os Senhores Associados possam promover uma elevada proatividade e, pela sua intervenção e participação, possam fomentar a sugestão de ideias, iniciativas e projetos para a atividade futura da Associação.

O exercício que agora termina assinala o segundo ano do mandato dos atuais Corpos Sociais que, de forma sólida e reforçada, se caracterizou pela estabilidade institucional, dinâmica operacional, regularidade laboral e pelo forte funcionamento ao nível do desenvolvimento da atividade empresarial e associativa, o que adveio e provocou, em simultâneo, necessidade de uma ação atenta para assegurar a estabilidade orgânica, financeira e operacional que tem caracterizado a atividade da Associação nos últimos anos, estabilidade essa que se traduziu num resultado positivo de mais de 180 mil euros, na solidez e consolidação dos vínculos laborais com os funcionários e com os vários

prestadores de serviços, na credibilidade junto da Banca, na forte intervenção junto do tecido empresarial, na constante aposta em novos projetos e iniciativas e, sobretudo, na capacidade de planear o futuro e a atividade da Associação para os próximos anos.



Ainda assim, e no cenário macro económico da economia global, continuou a verificar-se uma instabilidade nos índices de crescimento económico, não alheia certamente à continuidade das guerras na Europa e no Médio Oriente e também devido ao resultado das eleições americanas que, a confirmarem-se as primeiras tendências, deverá criar um cenário de uma nova “guerra comercial” baseada no aumento acentuado de tarifas aduaneiras, contagiando os mercados com um sentimento de instabilidade e de indefinição, retraindo a iniciativa privada de investimento.

E, como se todos estes fatores não fossem já por si desafios suficientes para os empresários, a tomada de posse de um novo Governo em meados de 2024 provocou a habitual apatia em alguns setores

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the bottom and several smaller ones above it.

estatais e administrativos que, por si só, se constituem também bloqueadores do normal funcionamento da economia, dos mercados e da atividade empresarial.

Por conseguinte, o ano agora findo, à semelhança da globalidade dos exercícios e dos mandatos anteriores, pela exigência e alguma imprevisibilidade quanto ao médio prazo, mereceu por parte da Direção um compromisso sério, empenhado e revigorado, sempre no sentido de assegurar o objetivo máximo de garantir o cumprimento da sua missão estatutária de representação dos Associados e de dinamização da atividade empresarial do Concelho e da Região, através de ações empreendedoras e promotoras da criação de valor aos empresários, solidificando as bases de um futuro de estabilidade, de projeto consolidado e com capacidade de renovação e de inovação, em que os Associados se possam identificar com esta Instituição que, por vontade e necessidade, se continuou a renovar, a adaptar às cada vez maiores exigências com que se deparou e depara e que conseguiu, dia a dia, transmitir uma imagem de entidade credível, que respeita os seus compromissos e os seus parceiros.

A estabilidade financeira que se conseguiu manter, solidificar e reforçar neste exercício – traduzida nos números evidenciados nos blocos patrimoniais das contas -, e que foi fruto de um trabalho rigoroso de toda a equipa da AEP, permite continuar a delinear e executar verdadeiros projetos fomentadores do Associativismo e a aproximar a AEP dos empresários, unindo esforços, conhecendo as suas necessidades globais e específicas, de modo a poder ser uma parte da solução para os transversais e diversificados problemas da classe empresarial.

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

2. Funcionamento Interno

O ano de 2024 não se desviou das orientações estratégicas e de atuação que têm vindo a ser seguidas nos últimos anos, pautando-se pela manutenção de um clima de equilíbrio orgânico, funcional e financeiro que contribuiu para assegurar o regular funcionamento dos vários departamentos da Associação.

É com sentimento pleno de dever cumprido que se verifica que, à semelhança do anterior, o ano de 2024 foi um ano de intensa atividade e dinamismo da AEP na prossecução da sua missão de contribuir para a capacitação das empresas da região, a qualificação das populações e o desenvolvimento do território.

De destacar também, no âmbito do Jantar Anual do Associado”, a homenagem feita às dez empresas Associadas com o maior Volume de Negócios, que contribuíram para a notoriedade da AEP e dando robustez ao movimento associativo ao fazer parte desta centenária instituição, e que dignificam e projetam o nome de Penafiel no país e no Mundo..



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MAM', 'G', and others.]

Tudo se tentou fazer para respeitar aquele que é e será sempre o objetivo principal de todos aqueles que integram esta Direção e toda a estrutura da AEP: servir as empresas associadas, representá-las junto da Tutela, cuidar dos seus interesses e procurar a concretização dos seus projetos de investimento, de crescimento e de internacionalização e a sustentabilidade do seu negócio.

No dia-a-dia, como forma de atingir esses desígnios, foram executadas todas as tarefas decorrentes da exigente legislação contabilística e fiscal, prestados esclarecimentos e informações aos senhores Associados relacionados com a sua atividade, o enquadramento da sua empresa e atividade em eventuais candidaturas a fundos comunitários, a medidas de apoio à contratação e de apoio à atividade empresarial, a realização de formação específica ajustada às necessidades e realidades de cada empresa, entre outras variadas tarefas de acompanhamento e aconselhamento.

Junto dos seus Associados a AEP continuou a procurar manter e reforçar a imagem de uma entidade competente, dinâmica e conhecedora, de um útil parceiro que responde às necessidades de todos aqueles que lhe solicitam ajuda e apoio. Também junto das novas empresas que iniciam a atividade, e que apresentam uma maior fragilidade de combate às barreiras de acesso ao mercado, a AEP tentou manter uma atitude proativa no sentido de aproveitar a oportunidade de aceitar novos Associados, procurando alargar a sua representatividade e, em simultâneo, dar-lhes um capaz acompanhamento.

O reconhecimento pela competência técnica do desempenho da Associação que nos foi sempre transmitido, e que os resultados da execução dos seus vários projetos próprios não deixa desmentir, reforça a nossa vontade em prosseguir este caminho de aposta na requalificação e aperfeiçoamento dos nossos quadros técnicos, traduzido muitas das vezes, mas não só, nas reiteradas avaliações desses projetos por parte das autoridades de gestão, que, sem exceção, indicam uma excelente folha de serviços, quer no desempenho, quer no cumprimento das normas em vigor.

F
M
B
A
A

3. Fomento Associativo

O ano de 2024 caracterizou-se como mais um exercício exigente para o Associativismo, para as empresas e para os empresários que, após um período de complexa necessidade permanente de resolução de problemas e desafios impostos pela instabilidade dos mercados, pelo aumento do custo das matérias primas e dos transportes e pelas guerras, exigiu, agora, uma necessidade de priorizar investimento público para a defesa e armamento, descurando-se investimentos com um retorno mais garantido em outras áreas da economia e da sociedade, provocando um clima de incerteza nos empresários quanto ao normal funcionamento dos mercados externos, nomeadamente o europeu.

A tomada de posse de um novo Governo do exigiu renovada atuação da representatividade associativa que, da nossa parte, se assumiu sobretudo uma missão de representação junto do Poder Central e um atento acompanhamento próximo dos empresários, na procura de oportunidades existentes no Portugal 2030 e no PRR que, no domínio empresarial, continuam a ser escassas, ou pelo menos muito viradas para um nicho reduzido de empresas.

A AEP procurou contribuir para que o Associativismo traduzisse e comportasse uma expressão organizada da sociedade, numa verdadeira e profícua associação de partilha, quer de recursos quer de necessidades, pelo que, neste seguimento, lutou para que todos os que com ela se relacionam, nas mais diversas formas, se sintam imbuídos do conceito da sua utilidade, revendo-a e referenciando-a como uma Instituição credível e de confiança, tendo em 2024 tentado ser, por muitas vezes e de novo, a voz dos empresários junto do poder central e local, acima de tudo numa lógica de agente de criação de valor e de soluções.

Numa outra perspetiva que reflete a atividade da Associação, e à semelhança do que se vem verificado ao longo dos últimos anos, o número de Associados continuou a crescer, em número, diversidade de sector de atividade e dispersão geográfica ao nível do Concelho de Penafiel, o que permitiu continuar o reforço e solidez da representatividade da Associação.

Espera-se ter conseguido, dentro das limitações impostas pelo contexto social e económico e, apesar dos esforços, por um crónico alheamento do tecido empresarial ao movimento associativo, a

dinamização do tecido empresarial local, a eficaz defesa e útil representatividade dos senhores Associados, a promoção do bem comum e a dignificação do bom-nome desta instituição centenária.

No que respeita à sua atuação no CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa, a AEP no exercício do cargo da Vice Presidência daquele organismo, com o pelouro da Tesouraria, teve um papel ativo e um válido contributo para a sanidade financeira do CETS que, após anos e anos a fio de *buracos financeiros*, encontrou finalmente alguma solidez e estabilidade de contas, que lhe pode permitir a curto execução plena de projetos valorizadores do associativismo e da classe empresarial.

Também com os parceiros associativos de carácter nacional, a AEP continuou a ter a sua participação ativa, na medida das suas funções e obrigações, nomeadamente nos organismo de que é Associada, como é o caso da Associação Empresarial de Portugal e da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.



[Handwritten signatures in blue ink]

F
M
E
R
A

4. Relações Institucionais

A Associação Empresarial de Penafiel por força da sua missão estatutária, do legado da sua História e pela posição estratégica assumida atualmente, sempre pautou a sua atuação institucional pela cordialidade e cooperação com as demais entidades com que se relaciona.

O respeito pelo bom relacionamento institucional foi prática corrente no exercício de 2024, fomentando-se relacionamentos que permitissem de forma cooperante atingir o bem comum. Como em tantas situações no passado, e sem beliscar sequer esse bom relacionamento, a AEP sempre demonstrou de forma inequívoca a sua autonomia e liberdade de expressão, não descurando nunca a defesa dos interesses dos seus Associados, gerindo de forma equilibrada, mas definida, essas relações da sua esfera de atuação.

No que respeita às relações com o Poder Local, e em primeira linha, a Câmara Municipal de Penafiel, com quem tem existido um trabalho de grande proximidade e que permitiu o desenvolvimento de projetos que têm contribuído e irão continuar a contribuir futuramente para o desenvolvimento do concelho.



Com a Câmara Municipal de Penafiel o relacionamento institucional foi assente numa postura dialogante, amigável e cooperante no sentido de conseguir que fossem geradas sinergias proveitosas e benéficas para todos os agentes do Concelho de Penafiel. É de toda a justiça reconhecer que a posição da Autarquia para com a AEP foi, igualmente, pautada pelo respeito institucional e pela cooperação operacional, facto que se assinala e regista, valores que se estendem ao relacionamento com as várias Juntas de Freguesia, em especial a de Penafiel.

Todos aqueles que se revejam nesta conduta colaborante e comunguem dos princípios éticos que a AEP respeita, serão bem vindos para cooperar de forma responsável, sempre com o espírito de servir a entidade que representamos e os seus Associados, sem em momento algum, se confundir cooperação e colaboração com subserviência da AEP para com quem que seja, consolidando-se um ADN

de converter os problemas em desafios, sempre numa postura assente no respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso.

Mais uma vez, com o IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente com a Delegação Regional do Norte, o Centro de Emprego de Penafiel e também de Valongo e de Amarante, através de trabalho competente das partes, foi possível manter a AEP num exemplo de excelência enquanto Entidade Prestadora de Apoio Técnico (EPAT) para quem pretende criar a sua própria empresa. No âmbito da formação Profissional, tem-se mantido inesgotável a confiança que o IEFP tem demonstrado para com o trabalho da AEP e, agradecendo esse voto de confiança, só se pode afirmar que tudo se fará para nunca deixar de merecer essa confiança.



Com as Instituições do Concelho e de Concelhos vizinhos, como são os casos da Santa Casa da Misericórdia, Rotary Club de Penafiel, Cruz Vermelha Portuguesa, APADIMP, ADISCREP, Bombeiros Voluntários de Penafiel, Futebol Clube de Penafiel, Assembleia Penafidelense, Sociedade Columbófila, ISCE Douro e ESTG de Felgueiras, Cespú, Agrupamento de Escolas Joaquim Araújo, Escola Secundária de Penafiel, Escola D. António Ferreira Gomes, ACT, Biblioteca Municipal, Tribunal da Comarca Porto – Este, e muitas outras, sempre se tentou marcar a posição por um relacionamento de seriedade, cumprimento de compromissos e a vontade própria para participar em projetos comuns.

De entre os protocolos firmados e atribuições atualmente existentes e que em 2024 continuaram a funcionar de forma recorrente, com efeitos práticos na atividade regular da Associação, muito pela sua continuidade, destaca-se:

- IEFP – EPAT – Entidade Prestadora de Apoio Técnico e Entidade Formadora Acreditada.
- DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho – Entidade Formadora Acreditada para 23 áreas de educação e formação.
- CETS – Conselho Empresarial do Tâmega e Sousa – Vice Presidência.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'M. Am', 'P. P.', 'P. P.', and 'A. A.']

- ADERSOUSA – Associação de desenvolvimento Rural das Terras do Sousa - Vice-Presidência.
- CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – Associada e Protocolada para Acordo de cooperação na Medida Vida Ativa e projeto Acelerar o Norte.
- Conselho Consultivo da AE Portugal – Membro do Conselho.
- Conselho Estratégico do Município de Penafiel – Membro do Conselho.
- CLAS – Conselho Local de Ação Social de Penafiel – Membro do Conselho.
- ANQEP - Centro Qualifica – Entidade Acolhedora e Executante do Centro Qualifica.
- Novo Rumo Norte – Entidade Técnica do Programa.
- OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados – Entidade Formadora Acreditada.
- ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – Entidade Formadora Acreditada.
- Escola Secundária de Penafiel – Membro do Conselho Geral.

A AEP foi e será uma instituição com uma vontade constante de renovação, onde os problemas se transformam em desafios, e impulsionadora de respeito para com os parceiros e de com eles construir um percurso partilhado de sucesso e é com orgulho que, sabendo que os seus parceiros são aliados fundamentais na prossecução da missão estatutária, esta Direção regista o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de, por vezes em situação de liderança, participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, manifestando sem reservas a sua posição.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'mam', 'EP', and others.]

5. Departamento de Contabilidade

O número de Associados que elaboram a sua contabilidade no Departamento de Contabilidade da AEP – através da SCAEP – não teve variação significativa, o que permitiu poder continuar a garantir a estabilidade da atividade operacional e financeira do departamento.



Todos os Associados que mantiveram a elaboração das suas contabilidades na AEP e todos aqueles que, em 2024, confiaram a este departamento, pela primeira vez, a sua contabilidade, puderam ter ao seu dispor um serviço rigoroso, competente e profissional no tratamento dos seus vários processos.

Na verdade, aos Associados que elaboram a sua contabilidade na Associação, continuou a ser-lhes disponibilizado um serviço profissional e um acompanhamento rigoroso e atento às mais diversas solicitações e necessidades apresentadas – cada vez mais significativas e regulares -, apontando-se como principais serviços o encerramento das contas do exercício, o preenchimento e envio das declarações fiscais e seus anexos, supervisão dos atos declarativos para a segurança social e para efeitos fiscais, relacionados com o processamento de salários, organização do dossier fiscal e o fornecimento de balancetes com periodicidade definida, tendo sido necessário, por força da constante e cada vez mais rigorosa legislação fiscal e dos seus procedimentos, imprimir uma constante atualização dos conhecimentos específicos e técnicos, por parte dos elementos que compõe o departamento.

Mantém-se assim ao serviço dos Associados a disponibilização de um serviço que há muito espelha o rigor e o profissionalismo dos serviços prestados pela AEP e que, em 2024, foi ainda mais um suporte e apoio técnico fundamental, sobretudo para as pequenas empresas sem estrutura interna que possa desenvolver estas valências.



6. Gabinete de Estudos e Projetos

Em 2024, e na linha de atuação e resultados que se tem registado nos últimos anos, a atividade deste departamento da Associação registou níveis bastante elevados, resultado do trabalho efetuado sobretudo na elaboração de projetos de criação do próprio emprego que se consubstanciou na obtenção de uma posição de destaque ao nível do desempenho na Delegação Regional do Norte, como uma das EPAT com mais execução. Também na elaboração e acompanhamento de projetos no âmbito do Portugal 2030, do PRR e de medidas de apoio à contratação emanadas do IEFP, este departamento traduziu uma regular atividade.



No capítulo particular da EPAT, em 2024 foram ainda assim apresentados mais de 70 projetos de criação do próprio emprego (CPE, Microinvest e Invest+) e dada assistência técnica e consultoria especializada a cerca de 50 empresas, atuação prestada em diversos domínios, mantendo-se o já elevado desempenho neste capítulo.



Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego

A estabilidade e estratégia de atuação do Departamento, culminou no encerramento físico, financeiro e processual do projeto “Granito e Rochas Similares no Tâmega e Sousa: Sustentabilidade, Competitividade e Transformação Digital”, que se traduziu num sucesso e que, ao longo da sua execução, contribuiu fortemente para a capacitação das empresas que constituem o setor da extração de granito ornamental e rochas similares e da transformação, ao nível da fabricação de artigos de mármore e de rochas similares e fabricação de artigos de granito e de rochas da sub-região do Tâmega e Sousa, perspetivando-se ainda uma elevada disseminação de resultados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Este trabalho sustentado e regular permitiu a geração de uma importante fonte de receita para a Associação que, **por si só, garante a rentabilidade operacional e financeira** desta estrutura departamental que há vários anos se apresenta como superavitária.



Paralelamente a este tipo de trabalho de cariz interno, o ano de 2024 foi profícuo no acompanhamento de candidaturas próprias dos senhores Associados, nomeadamente a Programas do Portugal 2030 e do PRR.

Paralelamente ao trabalho dos técnicos deste departamento, a AEP executou em 2024 outro projeto de cariz empresarial, designadamente o Projeto Acelerar o Norte, que tem 3 recursos humanos afetos à sua execução, e que é um projeto desenvolvido em Consórcio, liderado pela Confederação do



Comércio e Serviços de Portugal (CCP) e copromovido pela Associação Empresarial de Portugal (AEP), pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e pela Associação da Economia Digital (ACEPI), que em conjunto procuram contribuir para um Norte mais digital e mais competitivo.

A consolidação da atividade e resultados deste gabinete ao longo do ano de 2024 foi de encontro ao verificado nos anos anteriores e que passa por dotar a estrutura orgânica da AEP com um departamento habilitado a poder corresponder às exigências crescentes dos empresários e, por outro lado, constituir uma importante fonte de receita para a Associação, minimizando a extrema dependência crónica dos apoios financeiros da formação profissional.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7. Departamento Jurídico

Como é de conhecimento geral, o Gabinete Jurídico continua a prestar apoio abrangente sobre todos os aspetos jurídicos necessários e para os quais é consultado, oferecendo ainda serviços de consultadoria jurídica aos Associados, e em situações de urgência, o Associado pode deslocar-se ao escritório do Advogado, sendo atendido nas mesmas condições que nas instalações da AEP.

Em 2024, o apoio aos serviços da Associação (incluindo às solicitações da SCAEP – Unipessoal, Lda.) manteve-se focado no esclarecimento de legislação relevante, com um volume superior de trabalho comparativamente ao ano anterior.



Na área da consultoria jurídica, continuaram a ser elaboradas minutas de contractos, tais como contractos de trabalho, assim como sínteses legislativas destinadas à posterior divulgação aos Associados. O Gabinete Jurídico acompanhou ainda, mediante a solicitação, o desenrolar de dossiers relevantes para a Associação.

No atendimento direto aos Associados (muitas vezes solicitado pela SCAEP), continuaram a destacar-se pedidos relacionados com a regulamentação coletiva de trabalho, contractos de trabalho e processos de desvinculação, assim como esclarecimentos acerca da legislação aplicada à atividade empresarial.

Agrada informar que, também em 2024, foi notório o interesse por informações e aconselhamento jurídico em áreas como Direito Laboral, Comercial e Civil, reforçando a utilidade dos serviços do Gabinete Jurídico para os Associados.

Resumidamente, o Gabinete Jurídico deu resposta a mais de 100 solicitações, incluindo consultas jurídicas, elaboração de contractos e fornecimento de informações diversas, demonstrando assim a crescente procura e confiança depositada pela Associação e seus Associados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

8. Departamento de Comunicação e Imagem

Este departamento em 2024 voltou a assumir-se como um dos mais visíveis da AEP, naturalmente por força sua vocação e esfera de atuação, mas também pela qualidade dos serviços praticados e eventos organizados, que conferem um importante fator de projeção e mediatização da Associação.



A atividade do departamento foi também bastante canalizada para a regular edição e publicação da revista **#INPUT**, Revista da AEP totalmente produzida pelos serviços internos que, continuando com um carácter de distribuição gratuito, se manteve um excelente veículo de divulgação institucional.

Ao nível da comunicação interna e externa consolidou-se a rotina da dinâmica de se estabelecer uma comunicação permanente, facto que, com certeza, levou a que o conhecimento externo de muitos dos serviços e valências da AEP se tenha traduzido no aumento de procura de informação e de esclarecimentos, nomeadamente junto do Departamento de Estudos e Projetos, do Departamento de Contabilidade, do Departamento de Formação e do Centro Qualifica. Foram disponibilizadas também, através dos seus canais de comunicação/promoção, as ofertas de trabalho dos seus associados.

Ao nível das conferências/webinars, foram realizadas algumas sessões, que contaram com a colaboração do departamento, quer ao nível da divulgação, quer ao nível da preparação dos respetivos conteúdos gráficos:

- **Sessão de entrega de Certificados e Diplomas da área da Formação**

9 de fevereiro - Entrega de Certificados e Diplomas da área da Formação da Associação Empresarial de Penafiel referente à conclusão de cursos EFA'S e Sistema de Aprendizagem em 2023. No total, foram certificados mais de 100 formandos jovens e adultos.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MAB', 'CP', and 'AS'.

- **Ação de sensibilização sobre o tema: Riscos Online.**
22 de fevereiro – A iniciativa foi apresentada com o objetivo de orientar os formandos para a definição das problemáticas do bullying, cyberbullying e respetivas práticas violentas, assim como identificar as diferentes formas de prevenção e consequências para todos os diferentes intervenientes (vítimas, agressores, observadores, familiares e outros).
- **Sessão elucidativa para a comunidade jovem sobre a necessidade de melhorar a literacia alimentar e nutricional.**
28 de fevereiro – Esta iniciativa contou com a parceria da Nutricionista e Coordenadora da URAP do ex-ACeS Tâmega II - Vale de Sousa Sul (ULS Tâmega e Sousa), Cristiana Setas, com o objetivo de sensibilizar e contribuir para a aquisição de maior consciencialização acerca dos hábitos alimentares que os jovens praticam.
- **Conferência “Dia da Mulher: “Mulher: Cuidadora por Natureza ou por Pressão da Sociedade?”**
8 de março - Debate sobre o tema com a presença como oradores de Maria Celeste Marinho (Médica MGF), Liliana Bessa (Técnica Superior Instituto da Segurança Social), Sónia Silva (Técnica Centro Qualifica AEP e Psicóloga Clínica) e Maria João Gonçalves (Diretora de Marketing e Comunicação das Clínicas Nuno Mendes).
- **Gala de Entrega de Certificados e Diplomas Centro Qualifica relativo ao ano de 2023**
5 de abril – Cerimónia de Entrega de Certificados e Diplomas do Centro Qualifica relativos à conclusão dos processos de RVCC do ano anterior, que reuniu mais de uma centena de formandos e familiares que preencheram o auditório da Instituição e que comemoraram um momento festivo no seu percurso escolar e formativo.
- **Sessão de esclarecimento sobre a Dádiva de Sangue, a sua necessidade e importância para salvar vidas**
18 de abril - A sessão foi feita pelos estudantes da CESPU Pedro Sousa e Vítor Ferreira em parceria com a USF 3 Rios da ULS Tâmega e Sousa.



- **Ação de sensibilização sobre “Comportamentos Aditivos”**
13 de junho - A área de Formação da AEP recebeu três agentes da Guarda Nacional Republicana, do destacamento territorial de Penafiel, da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, no âmbito do Programa Escola Segura.
- **Receção aos Formandos dos Cursos do Sistema de Aprendizagem**
16 de setembro - A área de Formação da AEP deu as boas-vindas aos novos 100 formandos que integram os novos cursos do Sistema de Aprendizagem de 2024.
- **Workshop “Empreendedorismo Descomplicado: da ideia ao registo legal”**
25 de setembro - Organizado pelo IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação e o Turismo de Portugal, em parceria com a CIM do Tâmega e Sousa e a Associação Empresarial de Penafiel. A ação formativa teve o objetivo de desmistificar os passos para a criação de uma ideia de negócio, ajudando a entender o processo desde a formalização do mesmo, até aos princípios e práticas legais.
- **Acelerar o Norte – Workshops de capacitação**
Em 2024 a equipa de o projeto Acelerar o Norte organizou 5 workshops de capacitação aos empresários no auditório da Instituição, reunindo mais de cinco dezenas de empresários nos mesmos. Organizou, ainda, outros workshops de capacitação em regime de itinerância nas instalações de entidades parceiras.
- **Road Show “A Associação Empresarial de Penafiel na sua Freguesia”**
Em 2024 a AEP continuou o seu Road Show pelas freguesias do concelho de Penafiel para auscultar de perto os empresários locais. Em 2024 foram visitadas as freguesias de Galegos, Valpedre, Capela, Luzim e Vila Cova e Rans.

Handwritten notes in blue ink:
E
amo
B
B
E

Ao nível dos eventos de rua de promoção da atividade empresarial, foram realizados os seguintes eventos:

- **Flores & Sabores '24**, realizado no primeiro fim de semana de maio, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel no centro histórico de Penafiel, a 14ª edição deste certame teve como foco principal a festa da flor com exposição de plantas e flores pela cidade, montras em flor no comércio local uma mostra de doces regionais, exposição de artesanato, várias exposições temáticas e ainda diversas animações de rua.



- **Penafiel Passeio d' Moda '24 – Primavera / Verão**, foi realizado a 21 de junho, em colaboração com a Câmara Municipal de Penafiel e a Junta de Freguesia de Penafiel. Esta edição, que contou com 20 estabelecimentos, voltou ao centro histórico de Penafiel com o objetivo de cativar a atenção da comunidade e divulgar as novidades da coleção de primavera/verão em vestuário, calçado e acessórios, demonstrando a qualidade da oferta disponível no comércio local;



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- **Agrival 2024**, realizada em finais de agosto, na qual a AEP marcou presença com o seu espaço institucional com enfoque no Projeto Acelerar o Norte. De salientar que o espaço da AEP mereceu honras de visita do Senhor Primeiro Ministro de Portugal, Dr. Luís Montenegro, e da sua comitiva governamental, além de ter recebido igualmente outras personalidades de destaque da área política, social e empresarial.



- **14ª Feira da Saúde**, realizada em meados de setembro que contou com mais de 20 entidades ligadas ao setor da saúde e bem-estar e teve como objetivo promover e divulgar os serviços deste âmbito disponibilizados no concelho de Penafiel, com sessões de informação e rastreios gratuitos à população em geral.



- **Concurso Gastronómico “Petiscando” em Penafiel ‘24**, que decorreu durante o mês de outubro e que envolveu 17 estabelecimentos aderentes com o objetivo de promover e divulgar a Gastronomia do Concelho junto da população em geral;



- **Penafiel Cidade Natal ‘24**, realizado durante o mês de dezembro, englobou a presença do Pai Natal diariamente no Mercado de Natal organizado pela Câmara Municipal de Penafiel. Contou também com as iniciativas de rua, como música no comércio local e o Concurso de Montras de Natal “A Minha Montra é que é!” que teve a participação de cerca de 30 estabelecimentos. Realizou-se ainda o Sorteio “Compras no Comércio Local vão dar prémios neste Natal”, que teve uma forte adesão de participantes na disponibilização e angariação de vouchers de compras no comércio local.



9. Auditório

O auditório da AEP continua a denotar uma singularidade que lhe confere uma vantagem competitiva, particularmente no que se refere à sua lotação. As reconhecidas condições de comodidade, a par da sua conservação e qualidade dos equipamentos que o integram, fizeram com que o Auditório da AEP apresentasse em 2024 níveis de procura elevados, através da realização de atividades internas, mas também externas promovidas por diversas entidades da Sociedade Civil, local e regional, que continuaram a manter a preferência por este espaço da Associação.



Mais uma vez, a geração de receitas não acompanhou diretamente esta elevada ocupação ao longo do ano devido ao facto de muitas das atividades desenvolvidas estarem ligadas a causas sociais e de solidariedade, fazendo-se por isso respeitar o respetivo Regulamento e tendo-se verificado a gratuitidade de cedência do espaço.

Relativamente ao funcionamento interno, o Auditório manteve a habitual utilização por parte dos vários departamentos da Associação, designadamente no desenvolvimento de várias atividades integradoras dos cursos de formação.

Destaca-se, além da realização de várias dessas sessões, a realização da Assembleia Geral da AEP e de seminários relativos aos projetos próprios em curso.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F', 'M', 'G', 'R', and 'A']

10. Departamento de Formação

O Plano de Formação de 2024 contemplou o desenvolvimento dos seguintes projetos formativos financiados:

- Tipologia de Operação: 3.1 - Cursos do Sistema de Aprendizagem;
- Tipologia de Formação Emprego + Digital;
- Tipologia de Formação Qualifica Indústria.

No âmbito da formação não financiada ao longo de 2024 a AEP realizou ações de formação na modalidade de Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação.

O estreito relacionamento institucional com o IEFP, através Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto resulta na continuidade de apresentação de candidaturas a concursos para a realização das suas ações de formação nas nossas instalações.

Relativamente ao Sistema de Aprendizagem iniciou 4 novas ações nas áreas da saúde, contabilidade, informática e cuidados de beleza. Em parceria com o Centro de Formação Profissional e Emprego do Porto estão também a decorrer duas ações do Sistema de Aprendizagem na área do desporto e serviço de apoio a crianças e jovens.

A AEP viu aprovada, no mês de dezembro de 2024, uma candidatura à Tipologia de Operação - Formações Modulares Certificadas que contempla a realização de 161 ações de formação das quais 113 na modalidade de formação presencial e 48 à distância (e-learning), distribuídas por 20 áreas de educação e formação, envolvendo 3.320 (2898 empregados e 322 desempregados) formandos com um volume de formação total de 118.500 horas.

A entidade apresentou também uma candidatura Tipologia de operação - Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), abrangendo 12 Cursos EFA : 2 cursos N2 de dupla certificação (Cuidador/a de Crianças e Jovens e Assistente Familiar e de Apoio à comunidade), 7 cursos N4 de dupla certificação (Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital, Técnico/a de Ação Educativa, Técnico/a de Apoio Familiar

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

e à Comunidade, Técnico/a Auxiliar de Saúde, Cabeleireiro/a, Esteticista e Técnico/a de Informação e Animação Turística) e 3 cursos N4 profissionais (Técnico/a Auxiliar de Saúde, Cabeleireiro/a e Esteticista), 199 participantes e 21.555 horas de formação.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Projetos Executados - Financiados

Tipologia de Operação: 3.1- Cursos do Sistema de Aprendizagem

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 2 -3º ano	2024	16	652	10134
2	Técnico/a Auxiliar de Saúde 6 - 3º ano	2024	14	309	4196
3	Técnico/a Auxiliar de Saúde 7 - 3º ano	2024	16	351	5573
4	Técnico/a Auxiliar de Saúde 8 - 2º ano	2024	13	859	9904
5	Técnico/a Auxiliar de Saúde 8 - 3º ano	2024	12	495	5713
6	Técnico/a Auxiliar de Saúde 9 - 2º ano	2024	13	879	10025
7	Técnico/a Auxiliar de Saúde 9 - 3º ano	2024	11	497	3704
8	Técnico/a Comercial 7 - 2º ano	2024	18	793	12502
9	Técnico/a Comercial 7 - 3º ano	2024	15	579	8504
10	Técnico/a de Informática - Sistemas 5 - 2º ano	2024	18	866	14902
11	Técnico/a de Informática - Sistemas 5 - 3º ano	2024	18	507	8773
12	Cabeleireiro/a 1 - 1º ano	2024	19	926	16721
13	Cabeleireiro/a 1 - 2º ano	2024	18	461	7793
14	Cabeleireiro/a 2 - 1º ano	2024	19	991	17398
15	Cabeleireiro/a 2 - 2º ano	2024	17	384	6276
16	Técnico/a Auxiliar de Saúde 10 -1º ano	2024	20	996	16157
17	Técnico/a Auxiliar de Saúde 10 - 2º ano	2024	15	350	4722
18	Técnico/a de Contabilidade 1- 1º ano	2024	18	968	15183
19	Técnico/a de Contabilidade 1- 2º ano	2024	15	397	5420
20	Técnico/a de Informática - Sistemas 6 - 1º ano	2024	20	976	18761
21	Técnico/a de Informática - Sistemas 6 - 2º ano	2024	19	347	6337
22	Técnico/a de Informática - Sistemas 7 - 1º ano	2024	20	370	6835
23	Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital 3 -1ºano	2024	20	361	6087
24	Técnico/a Auxiliar de Saúde 11 - 1º ano	2024	20	382	5991
25	Técnico/a de Ação Educativa 1 - 1º ano	2024	20	395	7216

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Tipologia de Operação: Formação Emprego + Digital

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	0844 - Segurança de redes	2024	15	50	750
2	9221 - Gestão de mobile	2024	17	50	850
3	9221 - Gestão de mobile	2024	16	50	800
4	0442 - E-consumidores	2024	12	25	300
5	0844 - Segurança de redes	2024	13	50	604
6	9214 - Marketing digital	2024	15	25	375
7	0767 - Internet - navegação	2024	15	25	375
8	0767 - Internet - navegação	2024	15	25	375
9	9221 - Gestão de mobile	2024	15	50	750
10	9216 - Meios de comunicação digital	2024	15	25	375
11	0444 - E-marketing - tecnologias de informação e comunicação	2024	12	50	600
12	9214 - Marketing digital	2024	16	25	400
13	9220 - Gestão de conteúdos digitais	2024	16	25	400
14	0778 - Folha de cálculo	2024	15	50	750
15	0778 - Folha de cálculo	2024	15	50	750
16	10672 - Introdução à utilização e proteção dos dados pessoais	2024	15	25	375
17	0678 - Criação de sites WEB	2024	19	50	950
18	10785 - Publicidade nas redes sociais	2024	15	25	375
19	9219 - Social media	2024	15	25	375
20	9216 - Meios de comunicação digital	2024	12	25	300
21	10672 - Introdução à utilização e proteção dos dados pessoais	2024	16	25	400
22	0778 - Folha de cálculo	2024	15	50	750
23	0845 - Segurança de redes - firewall	2024	16	50	800
24	0845 - Segurança de redes - firewall	2024	16	50	800
25	0845 - Segurança de redes - firewall	2024	12	50	600
26	10526 - Literacia digital - iniciação	2024	15	25	375

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

27	10672 - Introdução à utilização e proteção dos dados pessoais	2024	17	25	425
28	9216 - Meios de comunicação digital	2024	17	25	425
29	0768 - Criação de sites WEB	2024	20	50	1000
30	10785 - Publicidade nas redes sociais	2024	16	25	400
31	0442 - E-consumidores	2024	15	25	375
32	9219 - Social media	2024	15	25	375
33	9210 - Atendimento não presencial ao cliente	2024	15	50	750
34	9210 - Atendimento não presencial ao cliente	2024	15	50	750
35	0768 - Criação de sites WEB	2024	15	50	750
36	0844 - Segurança de redes	2024	16	50	800
37	0844 - Segurança de redes	2024	16	50	750
38	0845 - Segurança de redes - firewall	2024	19	50	950
39	9219 - Social media	2024	20	25	475
40	0754 - Processador de texto	2024	15	50	750
41	10785 - Publicidade nas redes sociais	2024	16	25	400
42	10785 - Publicidade nas redes sociais	2024	15	25	375
43	9220 - Gestão de conteúdos digitais	2024	15	25	375
44	9220 - Gestão de conteúdos digitais	2024	15	25	375

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Tipologia de Operação: Qualifica Indústria

Ordem	Nome da UFCD	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
AÇÃO 1					
1	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	2024	19	25	475
2	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	2024	17	25	425
3	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	2024	19	25	475
4	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	2024	17	25	425
5	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos	2024	15	25	375
6	1122 - Noções e normas da qualidade	2024	19	25	475
7	1122 - Noções e normas da qualidade	2024	17	25	425
8	1122 - Noções e normas da qualidade	2024	19	25	475
9	1122 - Noções e normas da qualidade	2024	17	25	425
10	1122 - Noções e normas da qualidade	2024	15	25	375
11	1851 - Identificação de defeitos de confeção	2024	19	25	475
12	1851 - Identificação de defeitos de confeção	2024	17	25	425
13	1851 - Identificação de defeitos de confeção	2024	19	25	475
14	1851 - Identificação de defeitos de confeção	2024	17	25	425
15	1851 - Identificação de defeitos de confeção	2024	15	25	375
16	2053 - Materiais têxteis	2024	19	25	475
17	2053 - Materiais têxteis	2024	17	25	425
18	2053 - Materiais têxteis	2024	19	25	475
19	2053 - Materiais têxteis	2024	17	25	425
20	2053 - Materiais têxteis	2024	15	25	375
21	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos	2024	19	25	475
22	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos	2024	17	25	425
23	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos	2024	19	25	475
24	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos	2024	17	25	425

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

25	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos	2024	15	25	375
26	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas	2024	19	25	475
27	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas	2024	17	25	425
28	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas	2024	19	25	475
29	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas	2024	17	25	425
30	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas	2024	15	25	375
31	1777 - Iniciação à modelação	2024	19	50	950
32	1777 - Iniciação à modelação	2024	17	50	850
33	1777 - Iniciação à modelação	2024	19	50	950
34	1777 - Iniciação à modelação	2024	17	50	850
35	1777 - Iniciação à modelação	2024	15	50	750
ACÇÃO 2					
1	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos		20	25	500
2	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos		20	25	500
3	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos		19	25	475
4	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos		18	25	450
5	0349 - Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - conceitos básicos		18	25	450
6	1122 - Noções e normas da qualidade		20	25	500
7	1122 - Noções e normas da qualidade		20	25	500
8	1122 - Noções e normas da qualidade		19	25	475
9	1122 - Noções e normas da qualidade		18	25	450
10	1122 - Noções e normas da qualidade		18	25	450
11	1851 - Identificação de defeitos de confeção		20	25	500
12	1851 - Identificação de defeitos de confeção		20	25	500
13	1851 - Identificação de defeitos de confeção		20	25	500
14	1851 - Identificação de defeitos de confeção		18	25	450
15	1851 - Identificação de defeitos de confeção		18	25	450
16	2053 - Materiais têxteis		20	25	500
17	2053 - Materiais têxteis		20	25	500

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

18	2053 - Materiais têxteis		20	25	500
19	2053 - Materiais têxteis		18	25	450
20	2053 - Materiais têxteis		18	25	450
21	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos		20	25	500
22	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos		20	25	500
23	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos		20	25	500
24	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos		18	25	450
25	2253 - Reconhecimento de defeitos nos tecidos		18	25	450
26	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas		20	25	500
27	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas		20	25	500
28	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas		20	25	500
29	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas		18	25	450
30	8986 - Ergonomia e movimentação manual de cargas		18	25	450
31	1777 - Iniciação à modelação		20	25	1000
32	1777 - Iniciação à modelação		20	25	1000
33	1777 - Iniciação à modelação		20	25	1000
34	1777 - Iniciação à modelação		18	25	900
35	1777 - Iniciação à modelação		18	25	900

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Projetos Executados - Não Financiados
Formação dos Professores das Políticas de Emprego e Formação

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	Formação Pedagógica Inicial de Formadores (B-Learning) - 12	2024	12	90	1080

E – Formador

Ordem	Nome do Curso	Ano	Nº de Formandos	Carga Horária	Volume de Formação
1	E - Formador (E-Learning) - 5	2024	8	30	240

No ano de 2024 o Departamento de Formação desenvolveu todas as atividades que tinha inicialmente previstas. Os formandos participaram em algumas conferências e seminários, efetuaram visitas de estudo relacionadas com as temáticas dos respetivos cursos.

Pela primeira vez a AEP participou no Campeonato Nacional das Profissões Skills Portugal Norte 2024, que vai já na sua 46.ª edição, que tiveram lugar nos dias 25, 26 e 27 de setembro.

- ✓ Fase Regional - Profissões de Cabeleireiros Centro de Emprego e Formação Profissional do Porto: Cláudia Oliveira Moreira, formanda do Curso Cabeleireiro a frequentar o 2.º período de formação, foi acompanhada pela formadora da AEP Célia Maria Moreira de Lima que desempenhou também o papel de jurada durante a realização da prova juntamente com os restantes jurados presentes.
- ✓ Fase Regional - Profissões Tecnologias da comunicação/Microsoft - Centro de Emprego e Formação Profissional de Vila Nova de Gaia: Diogo Miguel Barros Lopes e Rui Jorge Machado Magalhães, formandos do Curso Técnico/a de Informática - Sistemas a frequentarem o 3.º período de formação, foram acompanhados pela formadora da AEP Elisabete Manuela

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Azevedo Lopes que desempenhou também o papel de jurada durante a realização da prova juntamente com os restantes jurados presentes.

Os nossos formandos/a receberam excelentes elogios da parte do Presidente de Jurados de cada profissão envolvida em concordância com todos os jurados presentes, não só apreciando a sua postura, empenho, aplicação e desempenho nas provas realizadas, como na dignificação da instituição que estavam a representar, neste caso a AEP.

Os resultados foram os seguintes:

Diogo Miguel Barros Lopes – 2.º lugar

Rui Jorge Machado Magalhães – 4.º lugar

Cláudia Oliveira Moreira – 4.º lugar



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

11. Centro Qualifica

O Centro Qualifica da AEP entrou durante o ano de 2024 no oitavo ano da sua existência e na execução da quinta operação aprovada pela ANQEP, que coincidiu com o período do exercício em apreço.



Neste ano foi mantida a dinâmica de desenvolvimento de processos de RVCC em regime à distância em processo contínuo que se aliou ao trabalho em regime presencial sempre que tal foi permitido.

No exercício de 2024 o Centro Qualifica da AEP continuou a ter um papel estruturante no reforço da qualificação escolar e profissional da região, contribuindo assim de uma forma decisiva para o aumento da empregabilidade e para a inclusão social de muitos adultos. O desenvolvimento de processos de RVCC escolar tornou-se preponderante no cumprimento deste objetivo, pois pessoas mais qualificadas tiveram, não raras vezes, oportunidades mais favoráveis de acesso ao mercado de trabalho ou de promoção e melhoria das condições existentes permitindo, também, a criação das condições de acesso ao ensino superior, visando um adicional e subsequente aumento da qualificação, numa metodologia de trabalho à distância que exigiu muita capacidade de adaptação, mas que produziu resultados gratificantes.

Em relação aos objetivos propostos no plano estratégico, eles foram globalmente cumpridos, a meta dos inscritos, dos encaminhados, das certificações globais e parciais, traduzida nas seguintes componentes acumuladas:

Resultados acumulados obtidos em 31-12-2024 (ano civil)

Estado - Processos RVCC	Total Escolar	Total Profissional	Total Estado
Inscrito	19	6	25
Encaminhado	242	347	589
Em Reconhecimento	88	1	89
Certificado	83	10	93

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J', 'M', 'P', 'R', and 'A']

Estes números traduzem que mais seis mil pessoas recorreram ao nosso Centro Qualifica desde a sua existência, o que nos orgulha e, ao mesmo tempo, responsabiliza.

Sempre com uma postura profissional de toda a sua equipa, e com dedicação, compromisso e muita persistência, o Centro Qualifica da AEP apresentou índices de desempenho que deve satisfazer todos os intervenientes e, estamos certos, que tal desempenho em muito contribuiu para que a AEP, no quadro do Plano Estratégico de Intervenção para o próximo triénio,



tenha visto prolongada a sua autorização de acolhimento e funcionamento do seu Centro Qualifica.

Mas o que mais continuamos a relevar – muito mais do que metas mensuráveis – é a convicção de que foi realizado um trabalho sério e rigoroso, assente em princípios de honestidade, de independência e de isenção e de acordo com todas as orientações da ANQEP e conforme a legislação em vigor aplicável.

E esse é o “rótulo” de que mais nos orgulhamos e acreditamos piamente que, para todos os adultos e jovens que passaram ou ainda estão no nosso Centro Qualifica, é essa a imagem que passou e que fica. É um facto indesmentível que, tal como tentamos agir no território, também o trabalho em rede entre todos os atores do Programa Qualifica é uma variável indispensável para a garantia do sucesso desta medida. Os objetivos a todos são comuns, pelo que o contributo de todos torna menos difícil atingir o ponto de chegada.

12. Notas Finais

O exercício em apreço correspondeu ao segundo ano do mandato dos atuais corpos sociais, eleitos em março de 2023, para o triénio 2023-2025.

Esta Direção voltou a ser uma equipa motivada e unida, que manteve em prática um plano de estabilidade orgânica, funcional e financeira, consolidando as condições que garantam a continuidade do trabalho desenvolvido nos próximos anos, reforçando as bases sólidas para o desenvolvimento de um trabalho sério, honesto e proveitoso nos próximos anos, livre de dificuldades financeiras e com uma imagem institucional de enorme credibilidade junto de toda a comunidade.

E como o reconhecimento e a gratidão foram valores sempre assumidos por todos os seus elementos, a Direção endereça os agradecimentos institucionais aos demais Órgãos Sociais pela cooperação orgânica e estratégica, cordial relacionamento e solidariedade que sempre prestaram ao longo deste exercício e de todo o mandato.

A todos os parceiros, mostra o seu compromisso e espírito de cooperação, de amizade e de parceria produtiva, numa lógica de dinamização de projetos partilhados que a todos abona positivamente.

Às instituições bancárias, a Direção agradece a confiança prestada ao longo de todo o exercício, na convicção de que o cumprimento integral das obrigações e dos resultados financeiros acumulados foram fatores facilitadores dessa confiança.

Aos colaboradores da AEP transmite o agradecimento pelo trabalho desenvolvido, que muito contribuiu para os resultados atingidos e, também por essa via, facilitar a tarefa da Direção e para a garantia da estabilidade operacional e financeira atingidas.

É com redobrado orgulho que se assinala e saúda o facto de a AEP ter mantido intacta a sua autonomia institucional e continuar a ser uma entidade que não se privou de participar em muitas e importantes atividades da sociedade civil, em que o respeito, a honestidade e a capacidade de trabalho foram



valores que assumimos para garantir que a independência institucional, a liberdade descomprometida de atuação e a estabilidade financeira fossem valores inalienáveis.

É com esta independência institucional, liberdade descomprometida de atuação e saúde financeira que se julga ter reforçado as bases para a estabilidade e possibilidade de crescimento da Associação.

Por último, propomos que o resultado líquido do exercício no montante de **181.473,74€** (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e três euros e setenta e quatro cêntimos) seja levado à Conta Resultados Transitados.

Penafiel, 15 de março de 2025

A Direção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado

Vasco António Bessa de Melo

Pedro José Gomes de Melo

Pedro Miguel Sequeira e Cunha

Francisco Alves Gomes

F
MAM
P
M
A

13. Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

No dia vinte de março de dois mil e vinte e cinco, pelas dez horas, reuniram-se na secretaria da AEP – Associação Empresarial de Penafiel os membros do Conselho Fiscal para, no cumprimento do mandato que V.as Ex.as nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, examinarmos os livros, registos contabilísticos e demais documentação da AEP – Associação Empresarial de Penafiel, em zelo pela observância da Lei e Estatutos, e solicitámos à Direção os elementos, informações e documentos que, em nosso entendimento, julgados necessários.

O Conselho Fiscal tem procedido à fiscalização da atividade da Associação, vigilância da observância da Lei e dos Estatutos, verificação da regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte documental que se entendeu necessário, tendo os serviços responsáveis pela área da contabilidade fornecido, de forma diligente, todos os elementos por nós solicitados.

Nesta análise documental não constatámos desconformidades com compromisso e legislação em vigor, no que diz respeito ao arquivo documental e organização contabilística.

Numa análise global da Demonstração de Resultados e do Balanço à data de 31 de dezembro de 2024, verifica-se uma diminuição dos rendimentos em relação ao exercício antecedente, mas que foi acompanhado da diminuição dos gastos, o que gerou um resultado líquido bastante positivo.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, procedeu ainda à fiscalização do processo de preparação, de divulgação da informação financeira e revisão dos documentos de prestação de contas da Associação, para o exercício em análise e, com base no trabalho efetuado, somos a concluir que a referida informação está isenta de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, pelo que refletem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da AEP – Associação Empresarial de Penafiel.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo do Relatório de Auditoria emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal registou o esforço que a Direção da AEP – Associação Empresarial de Penafiel desenvolveu para assegurar a estabilidade e melhoria financeira da Associação, que resultou

numa clara melhoria da credibilidade e solidez da Associação, e reitera a importância da continuidade da prossecução das medidas que visem a melhoria e estabilidade da situação económica e financeira da Associação.

Em conclusão, face ao exposto, o Conselho Fiscal propõe:

1. Considerando a conformidade documental e organização contabilística com as normas atuais em vigor, somos da opinião que o Relatório de Atividades da Direção, as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2024 apresentadas pela Direção, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentada, devem ser aprovados pela digníssima Assembleia Geral;
2. Que seja atribuído um voto de louvor à Direção e colaboradores, pela dinâmica e trabalhos realizados durante o seu mandato, pela forma e empenho que conduziu os destinos da Associação durante este mandato.

À consideração da Assembleia Geral.

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel António Moreira Gonçalves Cardoso – Sócio n.º 281.

Secretário: José Manuel Farias Rodrigues – Sócio n.º 280.

Relator: Gustavo Fonseca Carvalhão Sousa – em representação do Sócio n.º 641, Eleserv - Solutions Unip. Lda.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'F' at the top, followed by several illegible signatures.]

14. Documentos Contabilísticos

Balancete Razão (Sintético)

Ano fiscal: 2024

Todas as contas

Do período: Apuramento ao período: Apuramento

Todos os centros de custo.

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			33,020.26	25,884.00	7,136.26	
12	DEPOSITOS A ORDEM			4,089,315.76	3,397,840.51	691,475.25	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	4,122,336.02	3,423,724.51	698,611.51	0.00
21	CLIENTES			97,725.35	56,145.41	41,579.94	
23	PESSOAL			376,395.34	376,304.36	90.98	
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS		45,769.70	561,241.25	619,823.37		58,582.12
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			36,690.30	25,290.30	11,400.00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR			5,179,698.98	4,474,694.10	705,004.88	
28	DIFERIMENTOS			2,654,448.25	3,251,982.34		597,534.09
	Total da classe de conta: 2	0.00	45,769.70	8,906,199.47	8,804,239.88	758,075.80	656,116.21
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			63,481.65		63,481.65	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			2,710,423.14	1,788,659.86	921,763.28	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			59,248.04	59,174.38	73.66	
	Total da classe de conta: 4	0.00	0.00	2,833,152.83	1,847,834.24	985,318.59	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				988,263.47		988,263.47
58	EXCED. REVAL. ACTIV. FIX. TANGÍV. E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			54,318.24	197,656.48		143,338.24
	Total da classe de conta: 5	0.00	0.00	54,318.24	1,658,734.19	0.00	1,604,415.95
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS		1,304,655.47	1,306,983.42	1,306,983.42		
63	GASTOS COM O PESSOAL		476,328.37	541,378.88	541,378.88		
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		43,348.08	43,348.08	43,348.08		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS		37,718.12	37,747.44	37,747.44		
	Total da classe de conta: 6	0.00	1,862,050.04	1,929,457.82	1,929,457.82	0.00	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS	81,805.99		82,036.64	82,036.64		
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	1,966,987.37		1,966,987.37	1,966,987.37		
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	40,449.17		40,449.17	40,449.17		
79	JUROS DE DIVID. OUTROS REND. SIMIL.	50.95		50.95	50.95		
	Total da classe de conta: 7	2,089,293.48	0.00	2,089,524.13	2,089,524.13	0.00	0.00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5,140,489.58	5,321,963.32	5,335,800.10	5,517,273.84		181,473.74
	Total da classe de conta: 8	5,140,489.58	5,321,963.32	5,335,800.10	5,517,273.84	0.00	181,473.74
	Total:	7,229,783.06	7,229,783.06	25,270,788.61	25,270,788.61	2,442,005.90	2,442,005.90

Ano fiscal: 2024

Todas as contas

Do período: Regularizações ao período: Regularizações

Todos os centros de custo.

Conta	Descrição da conta	Movimentos do Período		Movimentos Acumulados		Saldos	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Débito	Crédito
11	CAIXA			33,020.26	25,884.00	7,136.26	
12	DEPOSITOS A ORDEM			4,089,315.76	3,397,840.51	691,475.25	
	Total da classe de conta: 1	0.00	0.00	4,122,336.02	3,423,724.51	698,611.51	0.00
21	CLIENTES			97,725.35	56,145.41	41,579.94	
23	PESSOAL			376,395.34	376,304.36	90.98	
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS			561,241.25	574,053.67		12,812.42
26	ACCIONISTAS / SÓCIOS			36,690.30	25,290.30	11,400.00	
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	67,139.64	67,918.67	5,179,698.98	4,474,694.10	705,004.88	
28	DIFERIMENTOS		2,725.31	2,654,448.25	3,251,982.34		597,534.09
	Total da classe de conta: 2	67,139.64	70,643.98	8,906,199.47	8,758,470.18	758,075.80	610,346.51
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			63,481.65		63,481.65	
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		43,126.99	2,710,423.14	1,788,659.86	921,763.28	
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS		221.09	59,248.04	59,174.38	73.66	
	Total da classe de conta: 4	0.00	43,348.08	2,833,152.83	1,847,834.24	985,318.59	0.00
51	Fundo Social				160,023.07		160,023.07
56	RESULTADOS TRANSITADOS				988,263.47		988,263.47
58	EXCED.REVAL.ACTIV.FIX.TANGÍV.E INTA				312,791.17		312,791.17
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	12,037.39	4,178.26	54,318.24	197,656.48		143,338.24
	Total da classe de conta: 5	12,037.39	4,178.26	54,318.24	1,658,734.19	0.00	1,604,415.95
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2,725.31		1,306,983.42	2,327.95	1,304,655.47	
63	GASTOS COM O PESSOAL	67,918.67	65,050.51	541,378.88	65,050.51	476,328.37	
64	GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	43,348.08		43,348.08		43,348.08	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS			37,747.44	29.32	37,718.12	
	Total da classe de conta: 6	113,992.06	65,050.51	1,929,457.82	67,407.78	1,862,050.04	0.00
72	PRESTACOES DE SERVICOS			230.65	82,036.64		81,805.99
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO				1,966,987.37		1,966,987.37
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		9,948.26		40,449.17		40,449.17
79	JUROS DE DIVID. OUTROS REND. SIMIL.				50.95		50.95
	Total da classe de conta: 7	0.00	9,948.26	230.65	2,089,524.13	0.00	2,089,293.48
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			195,310.52	195,310.52		
	Total da classe de conta: 8	0.00	0.00	195,310.52	195,310.52	0.00	0.00
	Total:	193,169.09	193,169.09	18,041,005.55	18,041,005.55	4,304,055.94	4,304,055.94

BALANÇO

31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 dez 2024	31 dez 2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	II	921.763,28	945.996,85
Ativos intangíveis	III	73,66	294,75
Investimentos financeiros	IV	63.481,65	63.481,65
		<u>985.318,59</u>	<u>1.009.773,25</u>
Ativo corrente			
Créditos a receber	VI, VII	846.028,70	471.121,62
Estado e outros entes públicos	VIII	17.628,62	44.982,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	IX	11.467,50	9.177,80
Diferimentos	X	3.096,51	2.730,11
Outros ativos correntes	XI	22.029,93	212,07
Caixa e depósitos bancários		698.611,51	489.453,23
		<u>1.598.862,77</u>	<u>1.017.676,86</u>
Total do ativo		<u>2.584.181,36</u>	<u>2.027.450,11</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	XII	160.023,07	150.023,07
Resultados transitados	XIII	988.263,47	792.952,95
Excedentes de revalorização	XIV	312.791,17	312.791,17
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	XV	143.338,24	151.197,37
		<u>1.604.415,95</u>	<u>1.416.964,56</u>
Resultado líquido do período	XVI	181.473,74	195.310,52
Total dos fundos patrimoniais		<u>1.785.889,69</u>	<u>1.612.275,08</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar	XVII	38.102,59	40.191,72
		<u>38.102,59</u>	<u>40.191,72</u>
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos	XVIII	76.210,74	69.805,82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadoras/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	XIX	600.630,60	209.090,53
Outras dívidas a pagar	XX	83.347,74	96.086,96
		<u>760.189,08</u>	<u>374.983,31</u>
Total do passivo		<u>798.291,67</u>	<u>415.175,03</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>2.584.181,36</u>	<u>2.027.450,11</u>

O Contabilista Certificado

A Direção

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATURIEZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	11	31.805,99	43.010,44
Subsídios, doações e legados a exploração	8	1.966.987,37	2.232.252,54
Fornecimentos e serviços externos	11	(1.304.655,47)	(1.539.671,64)
Gastos com o pessoal	8	(476.328,37)	(479.646,23)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7		300,00
Outros rendimentos	11	40.500,12	91.932,60
Outros gastos	11	(37.718,12)	(34.424,80)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		270.591,52	293.752,91
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(43.348,08)	(47.056,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		227.243,44	246.696,58
Juros e gastos similares suportados			(1.394,59)
Resultado antes de impostos		227.243,44	245.301,99
Imposto sobre o rendimento do período		(45.769,70)	(49.991,47)
Resultado líquido do período		181.473,74	195.310,52

O Contabilista Certificado

A Direção

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		92.471,86	179.294,87
Recebimentos de subsídios		2.005.225,67	2.411.414,99
Pagamentos de bolsas		(603.721,58)	(617.404,97)
Pagamentos a fornecedoras		(749.056,39)	(1.093.858,22)
Pagamentos ao pessoal		(394.409,68)	(393.863,78)
Caixa gerada pelas operações		350.509,88	485.582,89
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(49.991,47)	(10.298,91)
Outros recebimentos/pagamentos		(58.484,16)	(78.909,39)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		232.034,25	396.374,59
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(22.926,92)	(21.697,63)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		50,95	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(22.875,97)	(21.697,63)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de fundos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(40.000,00)
Juros e gastos similares		-	(1.358,34)
Redução de fundos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	(41.358,34)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		209.158,28	333.318,62
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		489.453,23	156.134,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		698.611,51	489.453,23

O Contabilista Certificado

A Direção:

BALANÇOS HISTÓRICOS DA EMPRESA

Un: Euros

Un: Euros

Rubricas	Código SNC	2022		2023		2024	
Activo							
1. Activo não corrente		1 033 475	27,11%	1 009 773	46,66%	985 318	35,67%
1.1 Activos fixos tangíveis	43	€ 969 617	27,11%	€ 945 997	46,66%	€ 921 763	35,67%
1.2 Activos fixos intangíveis	44	€ 737	0,02%	€ 295	0,00%	€ 74	0,00%
1.3 Participações financeiras - M.E.P	41	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.4 Outros investimentos financeiros	41	€ 63 121	1,77%	€ 63 481	0,00%	€ 63 481	2,46%
2. Existências	31 a 39	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
3. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21, 22	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Contas a receber e a pagar - Curto prazo		€ 2 384 027	0,00%	€ 525 494	0,00%	€ 897 155	0,00%
4.1. Clientes	21	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4.2. Outros	228, 24 a 27	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4.2.1. Fundadores/ beneméritos/associados		€ 5 215		€ 9 178		€ 11 467	
4.2.2. Estado e Outros Entes Públicos		€ 18 772		€ 44 982		€ 17 629	
4.2.3. Outras contas a receber		€ 2 360 040		€ 471 334		€ 868 059	
5. Depósitos à ordem/Outros instr. financeiros/Caixa	11 a 14	€ 156 135	4,37%	€ 489 453	24,14%	€ 698 611	27,03%
6. Diferimentos	281 e 282	€ 2 567	0,07%	€ 2 730	0,13%	€ 3 097	0,12%
7. Total do Activo (1+2+3+4+5+6)		€ 3 576 204	100,00%	€ 2 027 450	100,00%	€ 2 584 181	100,00%
Fundos Patrimoniais e Passivo							
8. Fundos	51,52,54	€ 160 023	4,47%	€ 160 023	7,89%	€ 160 023	6,19%
9. Outros instrumentos de Capital Próprio	53	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
10. Reservas + Resultados Transitados	55 a 59	€ 1 216 772	34,02%	€ 1 256 941	62,00%	€ 1 444 392	55,89%
10.1. Excedentes de Reavaliação		€ 312 791		€ 312 791		€ 312 791	
10.2. Outras Reservas		€ 0		€ 0		€ 0	
10.3. Resultados Transitados		€ 744 924		€ 792 953		€ 988 263	
10.4. Outras Variações		€ 0		€ 0		€ 0	
10.5. Ajust./ outras var. nos fundos patrimoniais		€ 159 057		€ 151 197		€ 143 338	
11. Resultados Líquidos do Exercício	81	€ 48 029	1,34%	€ 195 311	9,63%	€ 181 474	7,02%
12. Dividendos Antecipados	89	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
13. Total dos fundos patrimoniais (9+10+11+12)		€ 1 424 824	39,84%	€ 1 612 275	79,52%	€ 1 785 889	69,11%
Passivo							
14. Provisões	29	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15. Contas a receber e a pagar - Médio e Longo Prazo	21 a 27	€ 42 281	1,18%	€ 40 192	1,98%	€ 38 102	1,47%
15.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15.2 Dívidas a Sócios (Suprimentos)	26	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
15.3 Outras Dívidas	21,22,24,27	€ 42 281	1,18%	€ 40 192	1,98%	€ 38 102	1,47%
16. Contas a receber e a pagar - Curto Prazo	21 a 26,12	€ 233 369	2,58%	€ 168 893	8,18%	€ 159 559	6,17%
16.1 Dívidas a Instituições de Crédito	25,12	€ 40 000	1,12%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.2 Fornecedores	22	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.3 Estado e outros entes públicos	24	€ 36 445	1,02%	€ 69 806	3,44%	€ 76 211	2,95%
16.4 Outras Dívidas	21,25,26	€ 15 914	0,44%	€ 96 087	4,74%	€ 83 348	3,23%
16.4.1. Outros Empréstimos Obtidos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.4.2. Accionistas (sócios)		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16.4.3. Outros Credores		€ 15 914	4,39%	€ 96 087	4,74%	€ 83 348	3,23%
17. Diferimentos	282	€ 1 875 740	52,45%	€ 209 090	10,31%	€ 600 631	23,24%
17.1. Acréscimos de Custos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
17.2. Rendimentos a reconhecer		€ 1 875 740	52,45%	€ 209 090	10,31%	€ 600 631	23,24%
17.2. Outros rendimentos diferidos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
19. Total do Passivo (15+16+17+18)		€ 2 151 380	60,16%	€ 415 175	20,48%	€ 798 292	30,89%
20. Total dos fundos patrimoniais e do passivo (14+19)		€ 3 576 204	100,00%	€ 2 027 450	100,00%	€ 2 584 181	100,00%

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
Vasco António Bessa de Melo
Pedro José Gomes de Melo
Augusto Basílio Neves Teixeira
Pedro Miguel Sequeira e Cunha

A Contabilista Certificada

Dr.ª Dulce Sofia Monteiro da Silva



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS HISTÓRICOS

Rubricas	Cód. SNC	2022		2023		2024	
Rendimentos							
1. Vendas (líquidas)	71	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.1. Mercado Interno		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
1.2. Mercado Externo		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
2. Prestações de Serviços	72	€ 52 604	2,07%	€ 43 010	1,82%	€ 81 806	3,92%
3. Variação nos Inventários de Produção	73	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
4. Trabalhos para a Propria Entidade	74	€ 0		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
5. Subsídio à Exploração	75	€ 2 388 191	94,17%	€ 2 232 253	94,29%	€ 1 966 987	94,15%
6. Reversões	76	€ 0	0,00%	€ 300	0,01%	€ 0	0,00%
7. Ganhos por Aumento de Justo Valor	77	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
8. Outros Rendimentos e Ganhos	78	€ 95 322	3,76%	€ 91 933	3,88%	€ 40 449	1,94%
9. Juros Dividendos e outros Rendimentos Similares	79	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 51	0,00%
10. Total (1+2+3+4+5+6+7+8+9)		€ 2 536 117	100,00%	€ 2 367 496	100,00%	€ 2 089 293	100,00%
Gastos							
11. Custo das Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	61	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.1 Origem Interna		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
11.1.2 Origem Externa		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12. Fornecimentos e Serviços Externos	62	€ 1 901 516	14,18%	€ 1 559 672	65,88%	€ 1 304 655	7,55%
12.1. Subcontratos		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
12.2. Serviços Especializados		€ 171 327	6,76%	€ 1 372 910	57,99%	€ 114 549	5,48%
12.3. Materiais		€ 36 639	1,44%	€ 30 834	1,30%	€ 27 548	1,32%
12.4. Energias e Fluidos		€ 14 670	0,58%	€ 13 851	0,59%	€ 15 621	0,75%
12.5. Deslocações, Estadas e Transportes		€ 19 997	0,79%	€ 27 364	1,16%	€ 10 093	0,48%
12.6. Serviços Diversos		€ 116 938	4,61%	€ 114 713	4,85%	€ 136 845	6,55%
13. Gastos com o Pessoal	63	€ 448 988	17,70%	€ 479 646	20,26%	€ 476 328	22,80%
14. Gastos de Depreciação e de Amortização	64	€ 49 610	1,96%	€ 47 056	1,99%	€ 43 348	2,07%
15. Perdas por Imparidade	65	€ 11 408	0,45%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
16. Perdas por Redução do Justo Valor	66	€ 0	2,33%	€ 0	1,45%	€ 0	0,00%
17. Provisões do Período	67	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
18. Outros Gastos e Perdas	68	€ 59 131	2,33%	€ 34 425	1,45%	€ 37 718	1,81%
19. Total (11+12+13+14+15+16+17+18)		€ 2 470 653	100,00%	€ 2 120 799	89,58%	€ 1 862 049	89,12%
19. Rest antes Encargos Financiamento e Impostos(10-18)		€ 65 464	2,58%	€ 246 697	10,42%	€ 227 244	10,88%
20. Gastos e Perdas de Financiamento	69	€ 7 138	0,28%	€ 1 395	0,06%	€ 0	0,00%
20.1 de Funcionamento		€ 0	0,00%	€ 0	0,00%	€ 0	0,00%
20.2 de Financiamento		€ 7 138	0,28%	€ 1 395	0,06%	€ 0	0,00%
21. Resultados Antes do Imposto (19-20)		€ 58 327	3,07%	€ 245 302	10,36%	€ 227 244	10,88%
23. Imposto sobre o Rendimento do Período		€ 10 299	0,54%	€ 49 992	2,11%	€ 45 770	2,19%
24. Resultado Líquido do Período (10-18-20-22-24)	81	€ 48 028	1,89%	€ 195 310	8,25%	€ 181 474	8,69%

A Direcção

Nuno Filipe do Couto Alves Brochado
 Vasco António Bessa de Melo
 Pedro José Gomes de Melo
 Pedro Miguel Sequeira e Cunha
 Francisco Alves Gomes

A Contabilista Certificada

Drª Dulce Sofia Monteiro da Silva

[Handwritten signature: Dulce Sofia Monteiro da Silva]

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **Associação Empresarial de Penafiel** (“Associação” ou “AEP”), fundada em 1892, é uma entidade centenária de duração ilimitada e sem fins lucrativos que, desde a década de 60 até aos dias de hoje, mantém a sua Sede oficial na Rua do Paço 33, em pleno Centro Histórico da Cidade de Penafiel, estando os principais serviços ao dispor dos seus Associados nas instalações sitas na Rua D. António Ferreira Gomes. A AEP tem por objetivo a representação e defesa dos interesses da atividade empresarial e dos seus associados, tendo em vista o respetivo progresso técnico, económico e social. Como reconhecimento público da sua importância e capacidade interventora, a Autarquia decidiu atribuir-lhe a Medalha de Ouro do Concelho, em 3 de Março de 1993, e o Governo Central distinguiu-a com o estatuto de Instituição de Utilidade Pública, em 20 de Outubro de 1993. Para a prossecução dos seus fins estatutários, uma das principais atribuições da AEP é assegurar, direta ou indiretamente, a manutenção dos seus serviços técnicos nas áreas que se revelam de interesse, nomeadamente na área Jurídica, Económica e Fiscal. Os associados da AEP têm, assim, à sua disposição, diversos serviços departamentais para lhes prestar apoio técnico, todos assegurados por um quadro de técnicos especializados, aptos a fornecer-lhes todas as informações que considerem necessárias e úteis.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de agosto, Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo);

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Associação, foi utilizada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Associação se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho,

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F', 'M', 'G', 'B', and 'A']

designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Associação que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou pôr em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de qualquer depreciação acumulada e eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os bens subjacentes estejam disponíveis para uso.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/ retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação em que a Associação age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Nas locações financeiras, o custo do ativo é registado no balanço do ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos noutras entidades encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados, como rendimento do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros/ Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

v) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

Os montantes relativos ao FCT são registados como ativo, na rubrica “Outros ativos financeiros”, correspondendo às entregas efetuadas, passíveis de reembolso ao empregador em qualquer situação de cessação do contrato de trabalho.

g) **Provisões**

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

h) **Regime do acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

i) **Rédito**

O rédito relativo a venda de bens e prestação de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Associação, é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

j) **Subsídios, doações e legados à exploração**

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão. O histórico demonstra que as taxas de execução de despesas dos projetos é elevada e que o cumprimento de condições exigidas é verificado, pelo que é política da Associação reconhecer os subsídios relacionados com rendimentos, no ativo por contrapartida de rendimentos a reconhecer, no momento da assinatura do termo de aceitação.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Os impostos a suportar associados a subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos, estão classificados como ajustamentos em subsídios na rubrica "Outras dívidas a pagar".

Um subsídio que se torne reembolsável é contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. O reembolso de um subsídio é aplicado em primeiro lugar em contrapartida de qualquer crédito diferido não amortizado registado com respeito ao subsídio. Na medida em que o reembolso exceda tal crédito diferido, ou quando não exista crédito diferido, o reembolso é reconhecido imediatamente como um gasto.

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos depreciáveis, em que é reconhecido em outras variações nos fundos patrimoniais, sendo transferidas, numa base sistemática, para resultados, na das depreciações dos bens a que respeitam.

k) Imposto sobre o rendimento

A Associação está isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das atividades desenvolvidas no âmbito do seus fins estatutários, não consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Esta isenção não abrange portanto os rendimentos resultantes de atividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários. Neste caso, a Associação encontra-se sujeita à taxa de IRC de 21%, sobre o rendimento global, de acordo com o art.º 53.º do CIRC.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda,

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego quer por decisão unilateral da Associação quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

n) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

3.3 Alterações nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e correção de erros

Não se registou no período qualquer alteração das políticas contabilísticas adotadas, as quais têm vindo a ser aplicadas de forma consistente em operações semelhantes, outros acontecimentos e condições, pelo que a informação disponibilizada é fiável e relevante para a tomada de decisões. No período, não verificou-se igualmente qualquer alteração de estimativas contabilísticas, nem qualquer reconhecimento de erros. Em conformidade, as demonstrações financeiras representam da forma adequada a posição financeira e o desempenho da Associação.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Associação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	50	2,00%
Equipamento básico	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento de transporte	4	25,00%
Equipamento administrativo	3 - 8	12,50% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8	12,50% - 33,33%

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2024						TOTAL
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2023	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	406.395,77	2.691.529,72
Adições	-	9.225,00	-	-	-	9.668,42	18.893,42
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	312.796,17	1.353.795,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	416.064,19	2.710.423,14
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2023	-	(765.704,90)	(105.895,67)	(13.122,43)	(502.152,78)	(358.657,09)	(1.745.532,87)
Adições	-	(27.159,46)	(3.512,86)	(2.240,42)	-	(10.214,25)	(43.126,99)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	-	(792.864,36)	(109.408,53)	(15.362,85)	(502.152,78)	(368.871,34)	(1.788.659,86)
Quantia escriturada	312.796,17	560.930,67	843,59	-	0,00	47.192,85	921.763,28

	2023						TOTAL
	Terrenos e rec. naturais	Edifícios e outras const.	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administr.	Outros AFT	
Quantia escriturada bruta:							
Saldo em 31.12.2022	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	383.401,87	2.668.535,82
Adições	-	-	-	-	-	22.993,90	22.993,90
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	312.796,17	1.344.570,03	110.252,12	15.362,85	502.152,78	406.395,77	2.691.529,72
Depreciações acumuladas:							
Saldo em 31.12.2022	-	(739.486,09)	(101.917,55)	(9.281,72)	(502.152,78)	(346.080,34)	(1.698.918,48)
Adições	-	(26.218,81)	(3.978,12)	(3.840,71)	-	(12.576,75)	(46.614,39)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	(765.704,90)	(105.895,67)	(13.122,43)	(502.152,78)	(358.657,09)	(1.745.532,87)
Quantia escriturada	312.796,17	578.865,13	4.356,45	2.240,42	0,00	47.738,68	945.996,85

4.2 Divulgações sobre restrições, garantias

Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Vidas úteis

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis taxa de amortização médias:

	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2024		
	Programas de computador	Outros act. Intangíveis	TOTAL
Quantia escriturada bruta:			
Saldo em 31.12.2023	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Adições	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	1.325,94	46.672,10	47.998,04
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 31.12.2023	(1.031,19)	(46.672,10)	(47.703,29)
Adições	(221,09)	-	(221,09)
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	(1.252,28)	(46.672,10)	(47.924,38)
Quantia escriturada	73,66	-	73,66

6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 Subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios reconhecidos para os períodos de 2024 e 2023, discriminam-se conforme segue:

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2024				
				Ativo (Créditos a receber)	Passivo (Outras dívidas a pagar)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	02/01/2024	31/12/2024	111.577,62	-	-	-	1.050.009,94
Centros Qualifica	POCH	01/01/2024	31/12/2026	497.106,40	-	375.625,50	-	176.714,95
Emprego + Digital	IEFP	01/07/2023	31/03/2024	-	-	-	-	300.016,50
Programa Qualifica Indústria	IEFP	15/01/2024	22/03/2024	-	-	-	-	320.016,60
Medida Formação Emprego + Digital 165/D+/24	IEFP	04/10/2024	30/09/2025	395.749,98	-	125.005,10	-	5.289,00
Comparticipação eventos	EMPenafiel	01/01/2024	31/12/2024	-	-	-	-	22.900,00
ERASMUS +		01/01/2024	31/12/2024	-	-	-	-	11.215,29
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	-	-	-	-	-	-	173.987,21
Estágio	IEFP	-	-	-	-	-	-	6.627,86
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	-	181.440,83	9.948,26
				804.434,00	-	600.630,60	181.440,83	1.976.935,63

Subsídio / Projeto	Entidade financiadora / Programa	Data de início de execução	Data de fim de execução	2023				
				Ativo (Créditos a receber)	Passivo (Outras dívidas a pagar)	Diferimentos (Rendimentos a reconhecer)	Fundos patrimoniais	Demonstração dos Resultados
Curso de Aprendizagem	IEFP	02/01/2023	31/12/2023	159.433,29	-	-	-	927.860,44
Centros Qualifica	POCH	02/01/2023	31/12/2023	30.548,38	-	-	-	175.863,87
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo	POCI	19/02/2020	30/06/2023	-	1.982,48	-	-	208.780,90
Formação - Ação para PME - 2º Ciclo Turismo	POCI	10/02/2020	31/03/2023	-	-	-	-	8.920,63
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	13/07/2020	30/06/2023	-	-	-	-	245.350,83
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	POISE	02/01/2020	31/03/2023	-	-	-	-	98.551,36
Combater a Infoexclusão Empresarial dos Idosos do Concelho de Penafiel	Paneiras Sociais	02/01/2020	31/03/2023	-	-	-	-	33.513,02
Formação Modular para Empregados e Desempregados	POISE	07/06/2021	05/05/2023	48.484,56	-	-	-	154.062,79
Cursos Educação e Formação de Adultos	POCH	06/10/2021	30/06/2023	-	1.962,38	-	-	159.809,75
Granito e rochas similares no Tâmega e Sousa: sustentabilidade, competitividade e transformação digital	FEDER	01/05/2021	29/07/2023	5.093,60	-	-	-	46.297,98
Emprego + Digital	IEFP	01/07/2023	31/03/2024	209.507,26	-	200.090,53	-	43.162,97
Comparticipação eventos	EMPenafiel	02/01/2023	31/12/2023	-	-	-	-	19.130,00
ERASMUS +		01/01/2023	31/12/2023	-	-	-	-	15.759,00
Programa de apoio ao empreendedorismo	IEFP	-	-	6.367,75	-	-	-	95.158,00
Construção de instalações	PEDIP	-	1995	-	-	-	191.389,09	8.948,26
				461.439,04	1.044,86	209.090,53	191.389,09	2.242.300,80

ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL

ANEXO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Montantes expressos em euros)



Associação Empresarial de Penafiel

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

7.1 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2024			31.12.2023		
	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada	Custo	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
SCAEP, Unipessoal, Lda	56.505,90	-	56.505,90	56.505,90	-	56.505,90
Fundo de compensação do trabalho	5.975,75	-	5.975,75	5.975,75	-	5.975,75
Outros	1.000,00	-	1.000,00	1.000,00	-	1.000,00
Investimentos financeiros	63.481,65	-	63.481,65	63.481,65	-	63.481,65
Clientes, c/c	41.594,70	-	41.594,70	7.681,78	-	7.681,78
Subsídios	804.434,00	-	804.434,00	463.439,84	-	463.439,84
Créditos a receber	846.028,70	-	846.028,70	471.121,62	-	471.121,62
Associados, c/c	11.467,50	-	11.467,50	9.177,80	-	9.177,80
Associados, cobrança duvidosa	11.107,50	(11.107,50)	-	11.107,50	(11.107,50)	-
Associados	22.575,00	(11.107,50)	11.467,50	20.285,30	(11.107,50)	9.177,80
Outros devedores	22.029,93	-	22.029,93	212,07	-	212,07
Outros ativos correntes	22.029,93	-	22.029,93	212,07	-	212,07

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31.12.2024			31.12.2023		
	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total	Passivo Corrente	Passivo Não corrente	Total
Empréstimos bancários	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos em subsídios	-	38.102,59	38.102,59	-	40.191,72	40.191,72
Credores por acréscimos de gastos	67.918,67	-	67.918,67	66.255,91	-	66.255,91
Fornecedores de investimentos	8.499,00	-	8.499,00	13.362,00	-	13.362,00
Outros credores	6.930,07	-	6.930,07	16.469,05	-	16.469,05
Outras dívidas a pagar	83.347,74	38.102,59	121.450,33	96.086,96	40.191,72	136.278,68

7.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais

Rubricas	31.12.2024					
	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2024	160.023,07	792.952,95	312.791,17	151.197,37	195.310,52	1.612.275,08
Aplicação do Resultado líquido do período	-	195.310,52	-	-	(195.310,52)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(7.859,14)	181.473,74	173.614,60
Posição em 31 de dezembro de 2024	160.023,07	988.263,47	312.791,17	143.338,24	181.473,74	1.785.889,69

Os excedentes de revalorização são referentes a reavaliação de terreno decorrente de diploma legal em 1994.

8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS**8.1 Número médio de empregados durante o período**

	2024	2023
Início do período	23	22
Fim do período	20	23
Média do período	22	22

8.2 Gastos com o pessoal

	2024	2023
Vencimentos e salários		
Remunerações do pessoal	395.294,18	398.045,51
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Encargos com segurança social		
Remunerações do pessoal	81.034,19	81.600,72
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
	476.328,37	479.646,23

9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**9.1 Autorização para emissão**

As Demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pela Direção em 14 de março de 2025.

9.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**
A Associação não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado.
- **Art.º 210º do Código Contributivo:**
A Associação não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social.

11. OUTRAS DIVULGAÇÕES

11.1 Partes relacionadas

Partes relacionadas

Empresas Subsidiárias

SCAEP, Unipessoal, Lda

No período, a Associação prestou serviços no montante de 7.200 euros à SCAEP.

11.2 Vendas e serviços prestados

	2024	2023
Quotas	15.042,80	15.042,80
Jóias	437,50	437,50
Aluguer de instalações	11.800,49	4.252,50
Formação	3.565,00	8.160,00
Arrendamento	3.717,50	3.600,00
Prestações de serviços	45.695,44	7.200,00
Outros	1.547,26	4.317,64
	81.805,99	43.010,44

11.3 Estado e outros entes públicos

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o valor acrescentado	17.628,62	44.982,03
Total ativo	17.628,62	44.982,03

	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
IRC a pagar	42.801,33	47.947,81
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	22.197,92	12.393,76
Imposto sobre o valor acrescentado	3.226,06	-
Contribuições para a Segurança Social	7.985,43	9.464,25
Total passivo	76.210,74	69.805,82

11.4 Fornecimentos e serviços externos

	2024	2023
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	29.745,30	310.516,49
Publicidade e propaganda	1.530,74	11.479,72
Bolsas - formandos	603.721,58	620.697,77
Honorários - formadores	460.666,90	417.941,35
Honorários - outros	3.600,00	3.600,00
Conservação e reparação	5.730,52	1.242,69
Serviços bancários	9.546,02	7.431,99
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.759,02	23.600,49
Livros e documentação técnica	917,28	355,43
Material de escritório	10.871,36	6.878,42
Artigos para oferta	-	-
Energia e fluídos		
Eletricidade	11.861,12	6.772,91
Combustíveis	2.294,27	4.805,88
Água	1.325,39	1.915,81
Outros	140,05	355,98
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	10.093,02	27.364,15
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	9.552,84	14.371,39
Comunicação	7.581,10	6.388,31
Seguros	12.868,86	11.567,60
Limpeza, higiene e conforto	4.340,54	3.407,68
Outros serviços	102.509,56	78.977,58
	1.304.655,47	1.559.671,64

11.5 Outros rendimentos

	2024	2023
Bar	17.950,96	16.462,10
Alugueres	2.170,00	8.960,00
Estudos, projetos, parcerias	6.674,00	47.914,32
Donativos	90,00	5.826,50
Imputação de subsídios para investimentos	9.948,26	9.948,26
Outros	3.666,90	2.821,42
	40.500,12	91.932,60

11.6 Outros gastos

	2024	2023
Impostos e taxas	1.152,59	311,38
IVA regularizado por variação da Afetação Real	3.226,06	3.787,90
Outros		
Quotizações	2.515,00	2.440,00
Correções relativas a períodos anteriores	746,98	2.220,17
Bar (compras)	21.995,58	19.099,44
Outros	8.081,91	6.565,91
	37.718,12	34.424,80

11.7 Proposta de aplicação dos resultados

Para o resultado líquido do período, no montante de 181.473,74 euros, a Direção propôs que, nos termos legais e estatutários, lhe seja dada a seguinte aplicação:


- Resultados transitados: 181.473,74 euros


Penafiel, 14 de março de 2025


O Contabilista Certificado





A Direção











[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.]

15. Relatório de Auditoria



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 2.584.181 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.785.890 euros, incluindo um resultado líquido de 181.474 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PENAFIEL**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;



HENRIQUE, DUARTE & GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Henrique Poças de Almeida
João Duarte Santos Coelho
António José Gonçalves

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 21 de março de 2025

HENRIQUE, DUARTE E GONÇALVES, SROC
Representada por:

JOSÉ HENRIQUE POÇAS DE ALMEIDA (ROC nº 698)
Registado na CMVM com o nº 20160338